



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**HILDEGARDA DE BINGEN: O RECONHECIMENTO DE
AUTORIDADE E A DEFESA DE UMA CULTURA FEMININA
NO SÉCULO XII**

ISABELA NASCIMENTO ANDRADE

Monografia de Graduação

Brasília (DF), julho de 2016.



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**HILDEGARDA DE BINGEN: O RECONHECIMENTO DE
AUTORIDADE E A DEFESA DE UMA CULTURA FEMININA
NO SÉCULO XII**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciado/bacharel em História.

Orientadora: Prof^a Dr^a Cláudia Costa Brochado.

Banca Examinadora:

Professora Doutora Cláudia Costa Brochado – HIS/UnB

Professora Doutora Maria Filomena Pinto da Costa Coelho – HIS/UnB

Professora Doutora Teresa Cristina de Novaes Marques – HIS/UnB

Defesa oral: 13 de julho de 2016.

ISABELA NASCIMENTO ANDRADE

Resumo

Este trabalho apresenta uma abordagem sobre a atuação feminina na Idade Média, no sentido de construção de uma autoridade e de uma genealogia tipicamente femininas no período. Para isso tomamos como objeto de estudo a abadessa Hildegarda de Bingen (1098-1178), por meio da análise de cartas trocadas com homens e mulheres, que evidenciam ter sido ela grande autoridade no meio eclesiástico e laico. Nelas ela defende também uma relação especial com outras religiosas, indícios de uma preocupação sua na construção de uma genealogia feminina. Trabalhamos com o conceito de política sexual para entendermos como se deram as relações dos e entre os sexos no período medieval, pois isso terá grande influência nos processos de abertura e fechamento dos espaços de atuação feminina, lhes permitindo ou não construir autoridade.

Palavras-chave: Mulheres, autoridade, genealogia feminina, espiritualidade, política sexual, Hildegarda de Bingen.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer primeiramente aos meus pais Eduardo, e em especial à minha mãe Eliene, que tanto batalhou para conseguir enfrentar os momentos na vida em que teve que sustentar as dificuldades de ser mulher, mãe e esposa em nossa sociedade. Você é sem dúvida o centro da minha admiração e gratidão, não tenho como expressar a alegria que é tê-la ao meu lado. Obrigada pela educação, atenção, força e confiança que me deu durante toda a vida. Aos meus irmãos Raquel, Thiago e Ângela por tudo que me ensinaram e me ajudaram a construir, assim como por todas as vezes inúmeras vezes que estiveram ao meu lado quando precisei de apoio.

Deixo também um agradecimento especial à Lívia Castro, companheira com quem pude contar nos últimos anos para me apoiar em tantos momentos que me senti abalada pelas dificuldades que encontrei na vida e também por ter me proporcionado incontáveis momentos de alegria e felicidade dos quais jamais esquecerei. Aos amigos e amigas que fiz durante a graduação, Yasmin Sayegh, Giovanna Pires, Thiago Almeida, André Santana e Leonardo Pinelli, deixo a minha gratidão pela ajuda, conselhos e pela companhia maravilhosa durante estes anos no curso de História.

À professora Cláudia Costa Brochado por toda ajuda, esforço e paciência que teve para me orientar nesta monografia. Serei eternamente grata por ter me apresentado esta área maravilhosa que compreende a História das Mulheres na Idade Média e que me fez renovar o gosto pelo estudo da História.

SUMÁRIO

Introdução	6
Capítulo 1 - A política sexual: abertura e fechamento de espaços de atuação feminina.	12
Capitulo 2 - Hildegarda de Bingen: a construção de uma autoridade e a manutenção de uma genealogia feminina.....	20
Conclusão	30
Bibliografia.....	32
DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE	34

Introdução

Ao tratarmos da Idade Média é frequente nos depararmos com as construções negativas e os estereótipos relativos a esse período da história. Ainda é possível perceber como esse pensamento tende a se organizar levando em consideração comparações entre um tempo presente moderno e evoluído e um passado problemático e cheio de imperfeições já superadas. Isso reflete também no desconhecimento sobre a presença feminina na Idade Média, não dando a devida importância ou simplesmente desconhecendo os registros deixados por elas, e que nos permite perceber como atuavam e participavam ativamente na sociedade, inclusive na construção da cultura de seu tempo.

Portanto, para estudar o período é de extrema importância o exercício de evitar olhar para o passado com olhos do presente. Por mais que a historiografia do século XX já tenha criticado esta tendência, ainda se percebe nos dias de hoje a prática de vincular o período ao atraso, uma idade do meio entre duas épocas gloriosas, a antiguidade clássica e os tempos modernos. É essencial para o desenvolvimento e entendimento desta pesquisa que se possa entender o período em sua especificidade e não em comparação com o tempo presente, como nos atenta a historiadora Cláudia Brochado:

E esse desprezo ainda hoje influencia o nosso olhar, dificultando a aproximação a um tempo que se move por categorias outras e que oferece a possibilidade de perceber outras formas de organização no plano político, religioso, econômico, etc., categorias aqui divididas, mas impossíveis de serem na Idade Média, já que fazem parte de uma unidade que se organiza em termos de Cristandade. (BROCHADO, 2014a, p. 588)

A presença feminina nos mais variados tempos históricos é tema de muitas pesquisas, as quais vem ganhando espaço, junto com os debates contemporâneos sobre as questões políticas que dizem respeito às mulheres. Porém, mesmo com estes avanços, o campo da História das Mulheres ainda tem pouca visibilidade nos meios acadêmicos, que por vezes não só priorizam as formas estruturantes da história feita por homens, como menosprezam os debates e pesquisas que tratam da importância das mulheres na construção da cultura. No entanto, trabalhar com a história das mulheres na Idade Média é de grande interesse e importância para a desconstrução de paradigmas que há muito estão arraigados e que partem de uma percepção da história construída e difundida através de uma tradição patriarcal, ocultando as vozes de muitas mulheres que tiveram autoridade suficiente para serem capazes de produzir cultura nos mais diversos tempos históricos.

A atualidade do debate sobre a história das mulheres traz consigo algumas questões que problematizam o estudo desta área. A historiadora Joan Scott, ao buscar defender a utilização da categoria de gênero na análise histórica, nos traz importantes questionamentos. Uma primeira questão seria referente à possibilidade da utilização da categoria de gênero no estudos das mulheres, na busca de distanciamento da ideia de que o estudo das mulheres se encontra em uma esfera separada do estudo da história masculina e hegemônica. Assim, os estudos de gênero trariam a noção de que estudar as mulheres na história implica estudar também os homens, pois são ambas definições que se constroem mutualmente. Estas relações podem de fato estar ligadas as questões biológicas, porém não de maneira determinista, pois se entende também a existência de outros elementos que irão influenciar na construção destas relações entre os sexos.

Esse uso rejeita a validade interpretativa da ideia das esferas separadas e defende que estudar as mulheres de forma separada perpetua o mito de que uma esfera, a experiência de um sexo, tem muito pouco ou nada a ver com o outro sexo. Ademais, o gênero é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. [...] O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. (SCOTT, 1989, p. 7).

O gênero seria um elemento construído socialmente, a partir do entendimento da existência de diferenças entre os sexos, e essas construções estão ainda intimamente ligadas às relações de poder, se levarmos em consideração que quando são produzidas essas diferenças entre os sexos, no sentido de criar papéis, modelos e estereótipos masculinos e femininos, acontece também uma hierarquização destas relações, que gera estruturas de poder e de dominação. A crítica feminista observa que esta hierarquização existe no sentido da supervalorização do masculino e inferiorização do feminino nesta escala de relações de poder. Joan Scott, ao colocar em poucas palavras sua definição do conceito de gênero, afirma que “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder.” (SCOTT, 1989, p. 21).

É possível verificar também ao longo da história a utilização de representações, de modelos, que buscam acentuar as diferenças percebidas entre os sexos. Estas construções de papéis e modelos sociais na Idade Média pode ser percebida na utilização de, pelo menos, duas figuras femininas bíblicas, que seriam Eva e Maria, como modelos femininos. Eva seria a representação negativa da mulher, vinculada à fraqueza e ao pecado, e portanto seria a que mais se aproxima do modelo de mulher do período. Maria é a representação do ideal de mulher, pura e casta, se constituindo em um ideal utópico, impossível de ser totalmente

atingido pelas mulheres. As duas representações contrárias vão buscar validar estereótipos que constroem o gênero feminino no período e buscam determinar papéis e características específicas para o sexo feminino. (BROCHADO, 2014b).

Por se tratar da busca da memória das mulheres ao longo da história, pensamos ser importante nos atentar para alguns conceitos. Le Goff (2003) discute sobre o conceito de memória que se insere dentro das áreas da psicologia, psiquiatria, biologia etc, além das ciências humanas, podendo ser construída tanto por meio oral como através da escrita. Assim, a memória se constitui na capacidade de aquisição, armazenamento e atualização das informações que foram conservadas, podendo “atualizar impressões ou informações passadas, ou que [se] representa como passadas” (LE GOFF, 2003, p. 419).

Sobre a memória no Ocidente medieval, Jacques Le Goff (2003) observa que neste período houve um equilíbrio entre a memória escrita e a oral, deixando claro o papel do cristianismo neste processo. Quando o cristianismo se estabelece como ideologia dominante na Europa medieval, percebe-se uma valorização da preservação da memória, tendo em vista que esta religião teria em sua essência a prática da recordação e da tradição. Constrói-se por meio dos discursos teológicos a ideia da importância da recordação dos atos divinos e dos escritos sagrados. Os discursos teológicos são no medievo cristão cruciais para o entendimento dessa sociedade.

Devemos chamar atenção ainda para a ideia que Le Goff (2003) desenvolve sobre a memória como um instrumento de poder, onde as classes dominantes de diferentes períodos passam a perceber o controle destas recordações, ou o esquecimento delas, como uma forma de controle social, concluindo que os “esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva” (LE GOFF, 2003, p. 422).

Esta relação da memória com o poder nos permite perceber o que dificultou o reconhecimento, até os dias de hoje, de uma história que tenha como protagonistas também personagens femininas, e que valorize essa cultura feminina. Assim, constatamos como os detentores de poder, como por exemplo, os meios intelectuais responsáveis por disseminar conhecimento, conseguiram destituir de historicidade e inferiorizar muitas mulheres que produziram cultura em diferentes períodos. Margareth Rago faz sua crítica à exclusão de uma história feminina que se perpetuou durante muito tempo, observando a importância das correntes feministas na busca desta história cultural feminina.

A crítica feminista foi – e tem sido – radical ao buscar a liberação das formas de sujeição impostas às mulheres pelo contrato sexual e pela

cultura de massas, e, se num primeiro momento o corpo foi negado ou negligenciado como estratégia dessa recusa das normatizações burguesas, desde os anos 1980 percebem-se uma mutação nessas atitudes e uma busca de ressignificação do feminino. De um lugar estigmatizado e inferiorizado, destituído de historicidade e excluído para o mundo da natureza, associado à ingenuidade, ao romantismo e à pureza, o feminino foi recriado social, cultural e historicamente pelas próprias mulheres. A cultura feminina, nessa direção, foi repensada em sua importância, redescoberta em sua novidade, revalorizada em suas possibilidades de contribuição, antes ignoradas e subestimadas. (RAGO, 2013, p. 25)

Podemos constatar, portanto, a negação por parte das instâncias de poder em ver as mulheres como atuantes em diferentes esferas da sociedade ao longo da história. Mas, em contrapartida, também é possível constatar como em certos momentos estas mesmas instâncias de poder foram capazes de fornecer meios que permitiram que muitas mulheres atuassem na sociedade, exercendo muitas vezes grande autoridade. Núria Benito (2006), ao refletir sobre as relações entre autoridade e poder, mostra como em alguns momentos a autoridade exercida por algumas mulheres não estava vinculada a uma noção de poder como a que podemos encontrar nos meios masculinos, mas sim na afirmação e manutenção de espaços que priorizassem relações tipicamente femininas: “A transcendência da autoridade em relação ao poder tem sido representada historicamente no feminismo da diferença [sexual]; ou seja, em uma política não baseada na reivindicação da igualdade com o homem, porém na genealogia materna e na mediação feminina”¹. (JORNET i BENITO, 2006, p. 40).

Esta breve reflexão sobre a relação entre memória/poder/autoridade, além de se tornar um ponto relevante para uma crítica a própria historiografia, que por anos silenciou a história de muitas mulheres, se torna relevante também ao tratarmos das formas de liberdade feminina no período medieval, pois nos parece essencial para refletirmos sobre as formas de atuação das instâncias detentoras de poder e da presença majoritariamente masculina nelas. Podemos ver portanto como estas instâncias atuaram de maneira a tentar reprimir certas formas de liberdade feminina, inclusive em aspectos simbólicos. Em contrapartida, perceber a ocorrência deste processo é também entender que para que isto fosse possível, antes (e ainda durante esse processo) mulheres foram capazes de construir vivências tipicamente femininas, conferindo para si formas de liberdade.

Pretendemos neste trabalho trazer uma discussão sobre autoridade e cultura feminina na Idade Média. Para isso, utilizamos como objeto de pesquisa a abadessa Hildegarda de Bingen, que viveu do século XII na região da Alemanha. Os temas propostos para pesquisa

¹ Tradução livre do espanhol: *La transcendencia de la autoridad con respecto al poder se ha representado históricamente en el feminismo de la diferencia; o sea, en una política no basada en la reivindicación de la igualdad con el hombre, sino en la genealogía materna y en la mediación femenina.*

partem de uma motivação que busca dar visibilidade à memória feminina na história, tendo em vista a negação deste passado, que muito tem a nos dizer sobre as mulheres que foram autoridade, que produziram cultura e participaram ativamente também da vida produtiva ao longo da história. Falar sobre estas mulheres na Idade Média pode ainda servir no processo de desconstrução de algumas paradigmas, ainda bastante presentes na sociedade e que a historiografia tem papel importante, de ser a Idade Média um período de retrocesso e de atraso. Por isso, entendemos que mostrar a participação das mulheres e suas relações em sociedade, pode contribuir para a desconstrução desses paradigmas.

Com isso, nos parece pertinente buscar o estudo das relações entre homens e mulheres e, desta maneira, tentar perceber como algumas conseguiram estabelecer relações de autoridade com homens de seu tempo e, ainda, tentar entender as relações que as mulheres mantinham entre si.

O trabalho foi dividido em dois capítulos. No primeiro, optamos por trabalhar com o debate sobre as relações dos e entre os sexos, ou seja, sobre a política sexual na Idade Média, com base nos trabalhos da historiadora María-Milagros Rivera Garreta, entendendo que desta forma podemos melhor perceber a maneira como se relacionavam homens e mulheres do período e como essas relações abriram espaço para a possibilidade de construção da autoridade feminina, como a que foi alcançada por Hildegarda, no século XII. Observar a maneira como as mulheres se relacionam entre si pode nos permitir perceber a construção de um espaço feminino, ou seja, locais de vivência entre mulheres, que permitiram a manutenção de relações e de uma cultura tipicamente femininas, principalmente ligadas à vida espiritual, o que pode ser visto como um fator de grande relevância para a manutenção de uma memória destas mulheres. Desta forma, a espiritualidade vai sendo compreendida como um elemento importante para a produção feminina naquele período. Por isso, trouxemos um estudo sobre algumas formas de vivência da espiritualidade que permitiram grande atuação feminina na Idade Média, focando no estudo do ambiente monástico e de como as mulheres se inseriram destes espaços.

No segundo capítulo, trabalharemos de forma mais aprofundada a abadessa Hildegarda de Bingen, trazendo questões que julgamos mais relevantes para exemplificar as questões que são objetivo deste trabalho, ou seja, questões onde melhor podemos perceber o exercício de sua autoridade e a defesa de uma genealogia feminina. Trabalharemos com documentação epistolar, ou seja, uma carta enviada a Hildegarda pelo bispo Eberhard de Bamberg, indagando-a sobre sua teoria a respeito da Trindade e três cartas trocadas pela

abadessa Hildegarda com a monja Elisabeth von Schönau.² Quanto à bibliografia, nos apoiamos nos trabalhos de Peter Dronke, Vitoria Cirlot, Gergette Épiney-Burgard, Émile Zum Brunn, entre outros. A partir destas fontes, queremos refletir sobre algumas questões formuladas: seria possível perceber o reconhecimento da autoridade de Hildegarda no meio espiritual? Esta autoridade se estabelecia tanto entre mulheres quanto homens? É possível encontrar indícios de construção e manutenção de uma cultura tipicamente feminina?

² Todas as cartas trabalhadas estão na edição em espanhol de Victoria Cirlot: CIRLOT, Victoria ed. *Vida y visiones de Hildegard von Bingen*. Biblioteca Medieval 13; El Árbol del Paraíso 64. Madrid: Ediciones Siruela, 2009.

Capítulo 1 - A política sexual: abertura e fechamento de espaços de atuação feminina.

Por política sexual entende-se a relação dos e entre os sexos, ou seja, como mulheres e homens se relacionam com o fato de terem nascido mulheres e homens, e como cada um dos sexos se relaciona com o outro. Essas relações humanas, portanto, vão se formar e se construir a partir da ótica da diferença sexual, onde as relações que os seres constroem e estabelecem com si mesmos e com os outros, está intimamente ligada ao corpo no qual nasce. Porém, este entendimento de ser homem ou mulher em determinada sociedade é uma relação mutável, ou seja, ao longo do tempo homens e mulheres reinterpretam essa noção de como se entender a partir do seu próprio sexo, construindo com o passar do tempo diferentes formas de relações dos e entre os sexos. (RIVERA, 2006).

Milagros Rivera fala do distanciamento entre a política sexual e a concepção moderna da política, pautada no direito à cidadania e no lugar que o ser humano ocupa nas relações de produção. O problema desta concepção é que ela deixa de fora do debate questões importantes, como as que envolvem a política sexual, e com isso os estados acabam por não dar a devida importância à complexidade destas relações. Este distanciamento pode ser visto como um componente para a falta de desenvolvimento de políticas que consigam efetivamente sanar, por exemplo, o problema da violência contra as mulheres, algo que é realidade ainda hoje no mundo contemporâneo. A crítica à necessidade de se pensar nesta política se torna extremamente atual, e no campo historiográfico se torna importante, pois através do estudo desta política podemos compreender melhor como se deram estas relações ao longo da história e sua importância para os processos históricos. (RIVERA, 2006).

Assim, segundo Milagros Rivera, o contrato sexual antecederia o contrato social de Rousseau, que entende as relações humanas através da ótica do pertencimento de classe, enquanto o contrato sexual vai levar em conta as relações entre os sexos. O seu intuito seria, portanto, o de regular a sexualidade e a procriação humanas, o que configura uma tentativa de controle e dominação do corpo feminino, o que acarretará uma perda de espaços de liberdade feminina ao longo da história. (RIVERA, 2006). O matrimônio e a maternidade durante o período medieval podem servir de exemplos para melhor entender como funciona esse contrato, tendo em vista que para ambos o corpo da mulher se torna ferramenta importante. Como nos mostra a historiadora Cláudia Brochado (2014a), os matrimônios durante a Idade Média serviam para reforçar e criar alianças dinásticas e promover acordos familiares, e a

maternidade servia como forma de manutenção das linhagens dos clãs. Tendo em vista que o corpo feminino era essencial, haverá uma tendência de controle destes corpos para garantir o funcionamento destas estruturas.

No período medieval a vida das mulheres está limitada fundamentalmente a duas opções, ou seja, a entrada nas instituições religiosas ou o matrimônio. O matrimônio aparece aqui como uma forma de controle sobre o corpo das mulheres, pois era elemento fundamental para a manutenção das alianças dinásticas e acordos familiares, como já dito, sendo o corpo das mulheres peça fundamental nessas transações com controle masculino. (BROCHADO, 2014a).

A política sexual que, como vimos, se fundamenta na relação dos sexos e entre os sexos, nos permite melhor compreender o que seria ser homem e ser mulher nos vários tempos históricos, e como se configuram as relações entre ambos. A filósofa Prudence Allen e, posteriormente, a historiadora María-Milagros Rivera Garretas ao teorizarem sobre a política sexual, conseguem identificar e nomear três momentos distintos dessa política a partir do século XII. O período anterior não reuniu elementos comuns que permitissem um enquadramento, mesmo tendo existido mulheres que deixaram registros na história, como por exemplo, Duoda, no século IX e Roswitha no século X³. (RIVERA, 2005)

Apenas a partir do século XII é possível perceber elementos comuns nas relações dos sexos e entre os sexos, sendo possível nomear uma tendência. Conhecer melhor esses três momentos, que foram capazes de ser nomeados e teorizados, é importante para que possamos pensar nos desdobramentos da política sexual ao longo da Idade Média e entender os seus efeitos para aquela sociedade. (RIVERA, 2005).

Durante o século XII e parte do XIII, constatou-se a preponderância da chamada *teoria da complementaridade dos sexos*, nome dado pela filósofa Prudence Allen. Esta teoria defende que homens e a mulheres são diferentes em sua essência, mas iguais em valor. Desta forma, homens e a mulheres são seres completos que fazem parte da mesma espécie e por isso complementam o ser humano, não havendo uma hierarquia entre os sexos. Esta política permitiu em seu tempo maiores espaços de atuação feminina na vida produtiva, nos espaços de poder político e no âmbito espiritual, dentro ou fora das instituições eclesiásticas. Um exemplo é a abadessa Hildegarda de Bingen que foi uma das defensoras desta política. Nesse momento, grande número de mulheres exerceram a atividade espiritual, inseridas ou não nas

³ Para saber mais sobre a vida e obras dessas duas escritoras ver: DRONKE, Peter. *Las escritoras de la Edad Media*. Barcelona: Ed. Crítica. 1994.

formas institucionalizadas da Igreja. Nos referimos aqui à expansão de movimentos espirituais laicos como as místicas, beguinas, além das monjas e abadessas, que tiveram meios para conseguir grande aprendizado e que permitiram a criação de uma rica cultura, como veremos adiante. (RIVERA, 2005).

Posteriormente, por volta da metade do século XIII, uma parcela mais conservadora da sociedade utilizou-se dos meios de transmissão de conhecimento da época para propagar ideias de inferiorização das mulheres. Neste momento, se identificou a predominância do que foi chamado de *teoria da polaridade dos sexos*. Relacionada aos que faziam parte das instituições de poder neste período, que eram majoritariamente homens religiosos, está a teologia escolástica, e com ela a revisão das obras de Aristóteles, que deu sustentação a ideias hostis às mulheres. Estes setores propagaram a ideia de que homens e mulheres eram diferentes em sua essência e que a mulher seria inferior ao homem. Podemos perceber que a proposta inicial da teoria se formula similarmente a da complementaridade, porém hierarquiza as figuras masculina e feminina (sendo esta inferiorizada). A teoria da polaridade estabeleceu, assim, um pensamento contrário ao da complementaridade, e com o poder que os defensores destas ideias detinham, conseguiram perpetuar este pensamento misógino, diminuindo os espaços de atuação e produção femininas. (RIVERA, 2005).

O que acontece portanto neste momento é uma busca por obras de autoridades do passado, disseminadas pelas universidades, buscando justificativas às críticas às mulheres. Valoriza-se o discurso que fala da natureza perigosa das mulheres, constrói-se toda uma gama de características e estereótipos femininos que inferiorizavam as mulheres e, desta maneira, estes homens, que são detentores de poder, construíam e perpetuaram seu discurso de superioridade. Sobre este período de acirramento de ideais anti-femininas, Bonnie Anderson e Judith Zinsser afirmam:

Os homens das cidades encontram novos modos de enunciar os velhos temores. Os oradores seculares e religiosos ressuscitaram com novo vigor e clareza o leque de antigas imagens negativas das mulheres. Eram descritas como as instigadoras do vício, perigosas por natureza e potencialmente fora de controle: irmãs ingratas, sedutoras insaciáveis, esposas adúlteras e harpias. Os homens das cidades elaboraram leis para controlar e reprimir as mulheres, cujo castigo ia desde multas a execução. Fizeram das mulheres objeto de cruéis piadas, ridicularizando-as para alimentar seu sentimento de superioridade.⁴ (ANDERSON e ZINSSER, 1991, p. 156).

⁴ Tradução livre do espanhol: *Los hombres de las ciudades encontraron nuevos modos de enunciar los viejos temores. Los oradores seculares y religiosos resucitaron con nuevo vigor y claridad la panoplia entera de antiguas imágenes negativas de las mujeres. Eran descritas como las instigadoras del vicio, peligrosas por naturaleza y potencialmente fuera de control: hermanas ingratas, seductoras insaciables, esposas adúlteras y arpías. Los hombres de las ciudades elaboraron leyes para controlar y reprimir a las mujeres, cuyo castigo*

Uma questão marcante neste momento ocorreu no campo literário, onde foram escritas diversas obras que perpetuavam este imaginário anti-feminino. Porém, muitas mulheres (e homens) escreveram obras em resposta a estes escritos hostis divulgados na época. Escreviam defendendo as mulheres e rebatendo as críticas negativas quanto à natureza feminina. Neste debate literário, que ficou conhecido como *Querelle des Femmes*, algumas mulheres deixaram grandes registros de defesa do seu sexo, como foi o caso da abadessa Isabel de Villena (1430-1490).⁵

Com a chegada do movimento humanista, uma nova política sexual foi se desenhando no cenário europeu. Nesse momento, segundo Maria-Milagros Rivera, desenvolve-se a chamada *teoria da unidade dos sexos*, que defendia uma suposta igualdade entre os homens e as mulheres, não abrindo espaço para a diferença sexual. Segundo a autora, esta teoria pode ser considerada um avanço frente à da polaridade, mas é menos rica que a da complementaridade, sendo alvo de críticas por defender que homens e mulheres são iguais, mas instaurando um neutro universal, que se expressa em masculino e que tira a visibilidade do feminino, continuando a promover uma perda de espaços femininos. (RIVERA, 2005).

É preciso reconhecer que houve durante o período cristão medieval o estabelecimento de hierarquias eclesiásticas, que tendeu a priorizar o masculino, colocando em posição de poder e autoridade figuras masculinas, como por exemplo, nos ambientes monásticos, onde muitas vezes as mulheres deveriam passar pela mediação de seus superiores, geralmente homens. Mas podemos perceber que o cristianismo não estabeleceu uma barreira impenetrável para a produção e atuação feminina, tanto no âmbito espiritual como de poder político. O que podemos verificar é a existência, em determinado momento, de um endurecimento promovido pelas instâncias de poder, que passaram a perpetuar ideais anti-femininos, hostis a estas mulheres que conseguiam, cada uma à sua maneira, espaços de atuação e de construção de autoridade. Milagros ainda salienta como foram importantes as diferentes formas de vivência da espiritualidade, um campo importante de atuação destas mulheres, onde predominou a complementaridade. Teria sido nestes meios que as mulheres conseguiram maior espaço para produzir seus escritos, estabelecer autoridade e criar relações.

A vivência da espiritualidade durante o período medieval adquiriu múltiplas formas e abriram espaços de atuação tanto dentro das instituições regulares da Igreja, como fora da

oscilaba desde las multas a la ejecución. Hicieron de las mujeres el objeto de crueles chistes, ridiculizándolas para alimentar su sentimiento de superioridad.

⁵ Para saber mais sobre a obra de Isabel de Villena neste contexto da *Querelle des Femmes* ver: BROCHADO, Cláudia. Evangelhos em feminino: interpretações de uma escritora medieval ibérica. Cadernos Pagu, Campinas, edição 42 (jan-jun 14).

supervisão e submissão desta instituição de poder. Muitas vezes, torna-se difícil estabelecer barreiras que permitam separar de forma mais concreta os movimentos que se dedicaram a vida espiritual. De qualquer forma, entre tantos exemplos de formas de vivência da espiritualidade, podemos encontrar alguns exemplos de movimentos bastante expressivos no período, e onde foi possível observar que a mudança de tendência na política sexual, de complementaridade para polaridade, exerceu forte influência na perda destes espaços de atuação das mulheres.

As místicas são exemplo de mulheres que tiveram grande expressão no período medieval. Ao buscarem o contato com o divino, unem o conhecimento místico e o filosófico, que leva a uma forma de espiritualidade que busca o contato direto e o encontro da alma com Deus. Como analisa Maria Simone Nogueira (2013), um dos pontos que chama a atenção nesse movimento de mulheres é o fato de se desvincularem da escrita em latim, que seria a língua da Igreja, para escrever nas línguas vulgares, devido ao anseio de partilhar suas experiências místicas, dando um aspecto mais popular aos escritos dessas mulheres, e que seriam mais próximas das experiências espirituais vividas por elas. Mas a questão de se desvincular dos ambientes institucionais da Igreja vai além, pois elas também empreendem críticas à ortodoxia da Igreja e suas hierarquias, para assim alcançar uma vivência que as colocariam em pleno encontro com o divino e exercício de sua espiritualidade. Devemos considerar também uma forma de transgressão haver um movimento de mulheres de grande conhecimento teológico e filosófico, exercendo atividades que não faziam parte da esfera de atuação feminina. Estas mulheres passam a construir um espaço incômodo às instâncias de poder, majoritariamente masculinas, devido à expressão e atuação que ganharam. Uma das mulheres mais expressivas deste movimento, e onde podemos melhor perceber o incômodo da Igreja, foi a mística Marguerite Porete, com sua obra *O espelho das almas simples*. Condenada por heresia pela Inquisição, Porete foi queimada, junto com seu livro, em praça pública, em 10 de junho de 1310.⁶

O fato é que estas almas, que se tornam reflexos de Deus, são “almas femininas” numa época em que não cabia às mulheres o “dom” de pregar, ensinar ou escrever, sobretudo o que elas pregaram, ensinaram e escreveram. Logo, suas vozes e suas escritas soam como uma espécie de transgressão, aliás, de uma quádrupla transgressão: uma transgressão de gênero (mesmo que não deva ter o peso do sentido moderno do termo); uma transgressão da ortodoxia da Igreja (quando criticam explicitamente ou veladamente alguns dos seus hábitos); uma transgressão linguística – ou de expressão – (posto

⁶ Para saber mais sobre esta obra de Marguerite Porete e sobre o movimento das místicas ver: NOGUEIRA, Maria Simone Marinho. A escrita feminina medieval: mística, paixão e transgressão. Revista Mirabilia, n. 17, 2013/2.

que escrevem em língua vernácula e não em latim – língua oficial da igreja) e uma transgressão dos limites da relação entre o humano e o divino (quando a alma e Deus se tornam um só). Ora, se os escritos dessas mulheres nos espantam, não só pela vivência que eles refletem, mas também, como afirmam alguns estudiosos, pelo enraizamento de um fundo sólido de conhecimentos; o que dizer da reação de muitos dos seus contemporâneos: um assombro que alguns consideraram maravilhoso e outros, perigoso. (NOGUEIRA, 2013, p. 162-163).

Além de sua faculdade de mística, Porete fazia parte de um movimento de vivência de espiritualidade com forte expressão durante parte do período medieval, que foram as beguinatas. Estas mulheres decidiram viver e espalhar sua espiritualidade fora das instituições regulares da Igreja. Elas atuavam dentro da própria família, em hospitais etc. Estavam, na maioria das vezes, em contato com o espaço público, promovendo pregações e escrevendo em língua materna. Abdicavam tanto do latim quanto das instituições e hierarquias regulares da Igreja e, portanto, sozinhas ou em companhia de outras mulheres, formavam suas comunidades independentes, chamadas de beguinatos, fora dos mosteiros. Por volta do século XIII, quando as instituições de poder começam a endurecer suas críticas a essas formas de espiritualidade livres dos poderes eclesiásticos, as beguinatas acabaram sendo alvo de críticas e enfrentaram conflitos. A independência com a qual atuavam e se organizavam, foi motivo de receio no meio eclesiástico, que logo promoveu formas de torná-las monjas, transformando os beguinatos em mosteiros e, assim, inserindo essas mulheres nas ordens regulares supervisionadas e submetidas ao controle do poder da Igreja. (GARI, 2006).

Os movimentos monásticos começam a se expandir por volta do século VI, tendo como uma das principais vertentes a regra beneditina. Estes movimentos foram profundamente importantes para a expansão do cristianismo no Ocidente durante a Idade Média. Têm como objetivo o distanciamento das cidades, entendidas como locais ameaçadores à efetiva conversão cristã, tendo em vista as tentações terrenas que impediriam o verdadeiro contato com Deus. Esse isolamento, por mais que fosse defendido com muita convicção por esses homens e mulheres que buscavam maior contato com o divino, nem sempre acontecia de fato. O que se pode observar é que são religiosos e religiosas que além de se dedicarem à vida monástica, atuavam também em espaços públicos. (BROCHADO, 2014a).

Para as mulheres, os mosteiros se abriram como uma grande oportunidade de desenvolver sua intelectualidade e outras habilidades, que dificilmente teriam acesso caso fossem levadas à vida matrimonial, pois neste caso, deveriam se dedicar as atividades domésticas, que incluíam o cuidado dos filhos, do marido e da casa. O ambiente monástico

proporcionava às mulheres nesse período maior diversidade de atividades para se dedicarem. Era responsabilidade da abadessa e das monjas o cuidado e preservação do monastério, além do cuidado de suas irmãs. Dentro dos monastérios, deveriam se dedicar ao cultivo de plantas medicinais, por exemplo, que proporcionava determinados conhecimentos sobre botânica e medicina. Dedicavam-se também a outras atividades, como a música, a pintura, a cópia de manuscritos etc. O contato com as obras presentes nas bibliotecas dos monastérios lhes permitia desenvolver a leitura e a escrita. Sendo assim, a administração e as exigências da vida monástica pôde proporcionar às mulheres o desenvolvimento de habilidades e uma intelectualidade que dificilmente teriam na vida fora destes ambientes. Com isso, tiveram a oportunidade de se tornar mais bem instruídas e tiveram a chance de deixar seus legados e escritos que, por vezes, ultrapassaram os limites do monastério e puderam ser preservados por séculos, alguns chegando até o presente. (BROCHADO, 2014a).

No contexto da política sexual onde predominou a complementaridade dos sexos, as abadessas tiveram um papel central no meio monástico feminino, pois foram elas que assumiram o papel de dirigentes de seus monastérios, tendo a responsabilidade também pela administração do espaço monástico. Por isso, eram também responsáveis por guiar e supervisionar as atividades das monjas, desde o exercício da espiritualidade, até o cuidado com a saúde e com a vida dessas mulheres. Além disso, administravam seus monastérios como senhorios monásticos que eram, sendo responsáveis por administrar as relações com a comunidade a eles vinculada. As abadessas, portanto, tiveram a possibilidade de adquirir neste período grande autoridade dentro destes espaços e também na vida pública. (BROCHADO, 2014a).

Com o tempo a tendência à polarização quanto à política sexual vai se mostrando presente também neste contexto da vivência da espiritualidade monástica. Percebe-se uma forte tentativa da Igreja de frear estas liberdades femininas proibindo-as de exercer funções de autoridade, tanto na vida pública como dentro dos monastérios. Utilizando-se principalmente do discurso que acusa uma natureza feminina ruim e negativa, as instituições de poder do período passaram a limitar as responsabilidades e as atividades que as mulheres podiam exercer como integrantes de uma ordem monástica. Isto inclui também o reforço da importância da clausura, ou seja, era cada vez mais incentivado o máximo de isolamento para estas mulheres que, segundo esses homens de poder, constituíam uma ameaça aos clérigos e ao exercício da fé. Sobre esse movimento de fechamento de espaços de atuação para as mulheres que faziam parte do ambiente monástico, Cláudia Brochado vai concluir que:

Os movimentos reformadores da Igreja, que se fazem presentes em diversos momentos na longa duração medieval, afetam de forma mais direta as mulheres. Por um lado, ao pretender se distanciar e se distinguir dos laicos, esses movimentos definem medidas restritivas, visando um maior controle sobre as práticas do ordo clerical. Direcionadas principalmente aos homens, são as mulheres que sofrem suas consequências mais severas, já que carregam em seu corpo a ameaça original. (BROCHADO, 2014a, p. 599)

Estes ambientes de vivência espiritual são propícios também à construção de ricas relações entre as mulheres, o que favoreceu a produção de seus textos. Essa liberdade de vivência e de produção de cultura vai permitir a perpetuação de uma memória feminina do período. (JORNET i BENITO).

Nesses locais, como vimos, era responsabilidade da abadessa o cuidado com a vida e a supervisão das atividades desempenhadas pelas monjas. Essa vivência vai criar uma forma específica de relação e de cuidado e aprendizagem entre essas mulheres. Isso vai permitir, portanto, o aumento da autoridade de muitas abadessas, além da construção de relações tipicamente femininas. (MARTINENGO, 2000).

Através destas vivências, as mulheres puderam construir relações bastante específicas entre si, e ao buscarem se desvincular da mediação masculina nos monastérios, essas mulheres puderam criar uma rede de relações que propiciou uma certa autonomia e autoridade de muitas destas mulheres. Isto vai se constituir em um ponto importante na construção e manutenção da uma tradição feminina neste período, entendida justamente como estas formas específicas de relações de/entre mulheres. Analisando mais detalhadamente a vida da abadessa Hildegarda de Bingen, poderemos perceber o seu papel nesse contexto.

Capítulo 2 - Hildegarda de Bingen: a construção de uma autoridade e a manutenção de uma genealogia feminina.

Após entendermos melhor a dinâmica das relações dos sexos e entre os sexos e de que maneira elas interferiram na abertura e fechamento de espaços de atuação feminina na sociedade ao longo da Idade Média, passamos aqui a trabalhar com o objeto deste trabalho. A abadessa Hildegarda de Bingen foi uma mulher capaz de estabelecer grande autoridade em seu tempo e criou diversas obras de grande importância. São elas produções artísticas, científicas, teológicas, biográficas, além de diversas correspondências. Essas obras nos ajudam a estudar aspectos da vida e do pensamento de uma mulher que, por vezes, foi capaz de transgredir as hierarquias estabelecidas, construindo ao longo da vida sua autoridade.

Hildegarda nasceu no ano de 1098, em Bermersheim, próximo de Alzey, na região do rio Reno, local que era sede dos baronatos de Sponheim na Alemanha. Décima e última filha de Hildebert von Bermersheim e de Mechtild, ela foi levada aos oito anos ao monastério de Disibodenberg, entre os rios Nahe e Glan, também na região da Alemanha. Este monastério era dirigido por monges beneditinos que tiveram permissão para construir, posteriormente, um eremitério feminino supervisionado pelos monges.

São poucas as informações obtidas sobre sua infância, o que se tem de mais concreto é que seus dons visionários começaram a aparecer desde ainda criança (informação que só veio a se tornar pública em sua vida adulta), assim como suas enfermidades, que como veremos, serão recorrentes ao longo de sua vida. Quando completou oito anos e foi entregue ao monastério de Disibodenberg, Hildegarda ficou aos cuidados da abadessa Jutta de Sponheim, responsável por educá-la e aos quinze anos tornou-se monja do monastério de Disibodenberg. (ÉPINEY-BURGARD; BRUNN, 1998).

Com a morte de Jutta em 1136, surge a necessidade de se nomear outra abadessa para o monastério. As monjas de Disibodenberg elegem Hildegarda para substituir Jutta, tornando-a a nova abadessa. Cinco anos depois, com 43 anos, Hildegarda decide contar ao monge Volmar, também de Disibodenberg, sobre seu dom visionário, já que teria recebido uma ordem divina para escrever suas visões. É neste momento, portanto, que a abadessa começa a escrever sua primeira obra profética intitulada *Scivias* (Conhece os caminhos). Como era comum, Hildegarda conta com dois colaboradores para a redação de suas visões, a monja Richardis von Stade e o citado monge Volmar. Esses auxiliares eram responsáveis por transcrever o que Hildegarda dizia sobre suas profecias. A partir deste momento, Hildegarda

parece ter aceitado seus dotes proféticos, que se tornam conhecidos fora do monastério de Disibodenberg. Ela passa, então, a buscar a aprovação de figuras masculinas do meio eclesiástico, troca correspondência, por exemplo, com São Bernardo de Claraval, que a encorajou a escrever suas visões; busca ainda a aprovação do papa Eugenio III, que envia uma comissão de teólogos para Disibodenberg para avaliar a veracidade de suas visões. Neste mesmo período ocorria o sínodo de Trier (1147-1148), onde o papa Eugenio lê em público um fragmento do *Scivias* e envia carta à Hildegarda incitando-a a continuar escrevendo suas visões. Após este momento de confirmação e exposição de suas faculdades visionárias, ocorre a intensificação de correspondências trocadas entre ela e diversas figuras importantes, tanto homens quanto mulheres, de diferentes partes do Ocidente. (CIRLOT, 2009).

Sua faculdade visionaria tem uma característica atípica, que é a plena consciência de suas faculdades sensoriais, já que ela permanece lúcida. Após superar o temor inicial de serem as visões armadilhas do demônio, como explica, e passando a aceitá-las como providência divina, Hildegarda assume a si mesma como transmissora da palavra divina. Isso fica claro em sua biografia, onde ela deixa claro que suas visões e ensinamentos tem origem sagrada. Ela pensa isso não apenas quanto ao que escreve, mas também quanto às suas interpretações filosóficas, teológicas e seus conhecimentos musicais (DRONKE, 1994). Sendo mulher, seria possível justificar de outra maneira? O medo de expor suas visões às pessoas ao seu redor é algo presente na vida de Hildegarda. Este “dom” que a distingue de muitos religiosos de sua época, é também motivo de receio quanto aos possíveis julgamentos do mundo exterior. Há de se observar ainda a necessidade de aprovação da sua faculdade visionária por superiores no meio eclesiástico. Isto pode ser observado em sua busca por aprovação não apenas de abades e bispos mais próximos, mas também do papa, todas elas figuras masculinas situadas em posições superiores a dela na hierarquia eclesiástica. Peter Dronke (1994) ainda analisa o fato de ter sido escolhida como abadessa pelas monjas de Disibodenberg como algo que tenha proporcionado a Hildegarda maior confiança para expor suas visões.

É ainda no ano de 1148 que Hildegarda, após um período de enfermidade, tem uma visão que diz que ela deve sair com suas monjas de Disibodenberg, transferindo-se para Rupertsberg, uma região próxima a Bingen, localizada às margens do rio Reno. Seria nessa região inabitada que Hildegarda e suas monjas deveriam fazer um novo monastério feminino. Mesmo com a inicial oposição do abade e dos monges de Disibodenberg, Hildegarda, que já começara a construir sua autoridade com figuras nobres e de grande influência, consegue superar estes obstáculos. Foi o caso do apoio da marquesa Richardis von Stade (mãe da monja

colaboradora Richardis), que utilizou sua autoridade no meio eclesiástico para pedir que fosse autorizada a saída das monjas e a construção do novo monastério. De qualquer maneira, seus dons visionários parecem aqui se constituir como fonte importante para o estabelecimento de sua autoridade no ambiente eclesiástico. O abade Kuno e os monges de Disibodenberg, só depois de muita pressão das autoridades que apoiaram Hildegarda, cedem e autorizam a sua saída, acompanhada das monjas, justificada principalmente na visão profética divina, que não deveria ser questionada por homens religiosos. A abadessa consegue, portanto, a autorização necessária para fundar o monastério em a Rupertsberg com suas vinte monjas. (CIRLOT, 2009).

Ao longo de sua vida no novo monastério de Rupertsberg, Hildegarda produziu suas três obras proféticas, além de tratados médicos e 77 obras musicais. As obras mais conhecidas foram as de caráter profético ou visionário, a já mencionada *Scivias* (Conhece os caminhos) foi iniciada em 1141 e finalizada em 1151; a segunda, escrita entre os anos 1158-1163 recebeu o nome de *Liber vitae meritorum* (Livro dos méritos da vida); a partir do 1163 se ocupou do terceiro livro chamado *Liber divinorum operum* (Livro das obras divinas), que terminou por volta de 1173-1174. Com relação aos seus conhecimentos científicos, Hildegarda pôde ao longo de sua vida eclesiástica fazer observações sobre a natureza e os animais, e também cuidava dos doentes, que se dirigiam ao seu monastério para obter com ela tratamento, além de ser responsável por cuidar da saúde de suas próprias monjas. Assim, elaborou escritos de grande importância sobre história natural e medicina, divididos em duas obras, a *Physica* (Livro das medicinas simples), que engloba estudos sobre elementos da natureza, da botânica e da zoologia e o *Causae et Curae* (Livro das medicinas compostas), que oferece um estudo sobre as enfermidades, suas causas e remédios. (ÉPINEY-BURGARD; BRUNN, 1998).

No mesmo ano em que Hildegarda termina sua primeira obra profética, o arcebispo Hartwing von Bremen nomeia para se ser abadessa de Bassum, próximo de Bremen, Richardis von Stade, até então, monja e colaboradora de Hildegarda. Este se tornou um episódio marcante em sua vida, pois logo que soube da notícia, foi totalmente contrária à nomeação de Richardis. Hildegarda começa então a enviar cartas a Hartwing com teor crítico e repreensivo, utilizando-se mais uma vez de sua autoridade espiritual para interrogar se essa decisão do arcebispo era realmente a vontade de Deus. Envia cartas também para o papa Eugenio III na tentativa de conseguir impedir a saída de Richardis. Porém, mesmo com todas as suas investidas, buscando ajuda de autoridades e exaltando a sua própria, não conseguiu impedir a nomeação da monja. O que mais nos chama atenção neste episódio é a profunda

relação que as duas mulheres parecem ter mantido. Peter Dronke (1994, p.218), ao analisar uma carta enviada a já abadessa Richardis, afirma que Hildegarda “não se dirige a Richardis de igual a igual, como outra abadessa igual a ela, mas que esta é ainda “a donzela”, a filha espiritual, que deve escutar a sua mãe”⁷. Percebemos aqui como Hildegarda afirma mais uma vez sua autoridade ao invocar a relação mãe e filha, um dos pontos importantes na construção e manutenção de uma genealogia feminina. Em 1152 Richardis morre em seu novo local de Bassum, apenas um ano depois de ter saído de Rupertsberg.

Ao longo de sua vida, Hildegarda empreendeu quatro viagens, passando por diferentes regiões da Alemanha, com o intuito de levar os ensinamentos divinos. Em meio a estas viagens a abadessa funda ainda, no ano de 1165, o monastério de Eibingen e visita-o periodicamente. Em uma dessas viagens, Hildegarda até mesmo fala diante do povo e do clero, papel este designado na época apenas aos homens. Sua convicção de ser uma mulher transmissora das palavras divinas garantiram ainda a Hildegarda autoridade perante figuras masculinas também fora dos meios eclesiásticos, como é o caso de sua relação com o imperador Frederico I, Barbaruiva. Frederico se torna imperador em 1152 e, ainda neste ano, Hildegarda lhe escreve uma carta de fidelidade. Assim, a partir de 1154 Hildegarda empreende visitas frequentes ao imperador em sua corte em Ingelsheim. Ele passa a considerar a abadessa como sua conselheira, que receberá do imperador em 1163 o documento de proteção imperial para o seu monastério de Rupertsberg (CIRLOT, 2009). Sua relação com o imperador Barbaruiva apresenta também um aspecto à ressaltar, referente a maneira crítica e ameaçadora com a qual ela lhe escreve, discordando de algumas atitudes tomadas por ele e que, segundo ela, não estariam de acordo com as vontades e ensinamentos divinos. Percebemos que sua autoridade ultrapassa os limites impostos às mulheres na hierarquia eclesiástica. Sobre isso, Peter Dronke afirma:

Hildegarda assumiu quase sem oposição muitas das funções sacerdotais que a Igreja, em geral, considerava e seguiu considerando próprias de homens. Porém, Hildegarda sempre separou a ‘pobre figura feminina’ e a voz divina, ou a luz viva, expressa através dela. Assim, admoestar, advertir ou repreender aos demais é algo que faz sempre em nome da luz e da voz [divinas], não por conta própria.⁸ (DRONKE, 1994, p. 207)

⁷ Tradução livre do espanhol: *tampoco se dirige a Richardis de igual a igual, como a otra abadesa igual que ella, sino que ésta es aún “la doncella”, la hija espiritual, que debe escuchar a su madre*”.

⁸ Tradução livre do espanhol: *Hildegarda asumió casi sin oposición muchas de las funciones sacerdotales que la Iglesia, en general, consideraba y siguió considerando propias de hombres. Sin embargo, Hildegarda siempre distingue entre ella misma de por sí, la “pobrecita figura femenina” y lo que la voz divina o la luz viva expresa a través de ella. Así, amonestar, advertir o reprender a los demás es algo que hace siempre en nombre de la luz y de la voz, y no en el suyo propio.*

Em 1178 Hildegarda enfrenta uma situação bastante complexa ao contestar a ordem dos prelados de Mainz de exumar o corpo de um homem nobre enterrado em seu monastério. Não se sabe a identidade do homem que lá se encontrava enterrado, de qualquer forma, segundo os prelados de Mainz, este homem havia sido excomungado antes de sua morte e por isso seu corpo deveria ser exumado e retirado do monastério de Rupertsberg. Hildegarda vai resistir durante algum tempo à ordem de exumação, sustentando que o homem enterrado em seu monastério havia se reconciliado com a Igreja antes sua morte. Devido a sua resistência, foi imposto um interdito ao seu monastério, ficando a abadessa e suas monjas proibidas de exercer algumas funções cotidianas, como ouvir a missa ou cantar o ofício divino. Durante os meses que lutou para reverter a ordem da interdição e da exumação do nobre, Hildegarda redige cartas a autoridades na intenção de mostrar que esse homem havia se reconciliado com a Igreja antes de sua morte. Envia também uma carta aos prelados de Mainz falando da importância de manter as atividades normais do monastério, com ênfase nos cantos dos ofícios divinos. A música foi, portanto, para Hildegarda algo fundamental à espiritualidade do seu monastério. Além disto, mais uma vez, ela relaciona sua tentativa de atribuir-se em autoridade à vontade divina, pois “estava disposta a suportar a humilhação e o rechaço espiritual, pois a sua luz viva – ou, o que vem a ser o mesmo, sua consciência – lhe disse que obedecer aos prelados e profanar o corpo enterrado em solo sagrado era desobedecer a Deus.”⁹ (DRONKE, 1994, p. 271. Algum tempo depois Hildegarda, finalmente, consegue a liberação das atividades normais de seu monastério e a manutenção do corpo do nobre nas terras do monastério por ordem do arcebispo Christian von Mainz.

Esta foi a última grande dificuldade enfrentada pela abadessa, que morre cerca de seis meses depois do fim deste episódio, no ano de 1179. Posteriormente, entre os anos de 1180-1190, o monge Theoderich von Echternach elabora a *Vita* de Hildegarda de Bingen. (CIRLOT, 2009).

Outro fenômeno recorrente na vida de Hildegarda são as enfermidades que com frequência abatem seu corpo. Percebe-se aqui uma possível relação destas enfermidades com suas visões, como ela mesma deixa claro. Suas graves enfermidades foram sempre acompanhadas de visões proféticas, como quando foi supostamente instruída a deixar o monastério de Disibodenberg e seguir com suas monjas para Rupertsberg. Ou ainda quando

⁹ Tradução livre do espanhol: *estaba dispuesta a soportar la humillación y el rechazo espiritual porque su luz viva – o, lo que viene a ser lo mismo, su conciencia – le dijo que obedecer a los prelados y profanar el cuerpo enterado en suelo consagrado era desobedecer a Dios.*

foi acometida de uma forte enfermidade até que se decidisse a expor ao mundo sua faculdade visionária. (DRONKE, 1994).

Chamamos a atenção ainda para um aspecto bastante recorrente na vida de Hildegarda, que é uma constante ênfase na humildade, sempre se considerando “uma pobre mulher”, “pobre figura feminina”. Ela faz referência a isso em sua vasta obra. Mas toda essa humildade, que por vezes parece sinais de submissão, vem acompanhada de uma autoridade que a fez capaz de assumir posições no meio espiritual, autorizadas apenas a figuras masculinas. E ainda, apesar de toda essa modéstia, ela não deixou de tecer duras críticas e advertências às maiores autoridades do seu tempo, como vemos nos casos das cartas ao imperador Frederico Barbaruiva. Hildegarda também confere autoridade a si mesma ao reafirmar sua posição de transmissora da palavra divina. (DRONKE, 1994, p. 207).

Podemos encontrar em algumas de suas correspondências mais indícios da construção de sua autoridade no meio espiritual, tanto com figuras masculinas quanto femininas, assim como podemos perceber em algumas destas correspondências indícios do que poderíamos considerar como formas de manutenção de uma genealogia tipicamente feminina. Neste trabalho escolhemos analisar algumas correspondências, a carta que lhe foi enviada pelo bispo Eberhard de Bamberg e um conjunto de três cartas trocadas por Hildegarda e Elisabeth von Schönau.¹⁰

O primeiro documento é a carta que Eberhard, nomeado bispo de Bamberg em 1146, enviou a Hildegarda possivelmente entre os anos de 1163-64.¹¹ Eberhard inicia a carta felicitando-a e exaltando a figura espiritual de Hildegarda, se referindo a ela como “venerável irmã”. Em seguida, afirma que a santidade da abadessa já havia se espalhado por vastas regiões e chegado aos ouvidos de vários povos. Em outras passagens desta carta o bispo continua a exaltar a figura de Hildegarda, garantindo a boa reputação da abadessa. O envio da carta portanto foi motivado pela reputação da abadessa, visto que, segundo o bispo, o senhor era “venerado e consultado” nela. Eberhard apresenta sua ideia básica sobre a Trindade, onde “no Pai habita a eternidade, no Filho a igualdade, no Espírito Santo a união da eternidade e igualdade”, afirmando que a abadessa estava imbuída do Espírito Santo, pois nela, devido as suas visões, estava presente as palavras do Senhor. Por fim, o bispo pede a Hildegarda que exponha sua teoria sobre a Trindade da forma que Deus a revelou a ela.

¹⁰ Todas as cartas trabalhadas estão na edição em espanhol de Victoria Cirlot: CIRLOT, Victoria ed. *Vida y visiones de Hildegard von Bingen*. Biblioteca Medieval 13; El Árbol del Paraíso 64. Madrid: Ediciones Siruela, 2009.

¹¹ *Ibidem*, p. 129.

Esta carta nos traz mais um indício da autoridade de Hildegarda no âmbito espiritual, pois quando Eberhard coloca Hildegarda na posição de transmissora da palavra Divina, e com isso demonstra grande interesse na opinião da abadessa sobre a Trindade, vai evidenciar a relevância de sua opinião sobre aspectos teológicos que são altamente importantes na época, temas discutidos apenas entre grandes autoridades das instituições espirituais. Neste caso, a faculdade profética e visionária é mais uma vez exaltada.

É importante lembrar que por mais que no período o meio monástico proporcione às mulheres estudo e muitas são letradas, existe ainda uma hierarquia dentro de instituições religiosas da época em que assuntos teológicos de grande importância, como o que foi colocado acima, eram debatidos em um meio fundamentalmente masculino. Outro fator importante é o fato do bispo insistir em expor a reputação de Hildegarda, que neste momento já havia se espalhado, o que nos leva a concluir que ela tenha adquirido fama pública. Por isso, esta fonte é crucial para perceber como Hildegarda foi grande autoridade em seu período, também entre figuras masculinas detentoras de grande poder.

Os outros três documentos utilizados são as três cartas que Hildegarda de Bingen trocou com Elisabeth von Schönau.¹² Elisabeth foi uma monja do monastério de Schönau e, assim como Hildegarda, também tinha visões. A primeira carta foi enviada por Elisabeth, possivelmente entre os anos de 1152 e 1156, onde a monja começa, assim como Eberhard, exaltando a figura religiosa de Hildegarda. Expõe sua inquietude quanto à reputação que suas visões ganharam nos meios laicos e eclesiásticos, dizendo que algumas pessoas estavam espalhando palavras em seu nome e falando sobre visões que ela não havia tido, promovendo assim a difamação da monja e o questionamento da veracidade e confiança de suas visões. No restante da carta, Elisabeth vai descrever os acontecimentos, desde o início de suas visões até o momento em que elas foram sendo divulgadas nos meios religiosos. Diz como teve receio e dúvidas sobre a divulgação de suas primeiras visões e que o fato dela ter omitido as palavras recebidas neste momento de contato com o divino, fez com que seu corpo fosse castigado por uma enfermidade. Assim, ela decide contar ao seu abade, que logo divulga para outros religiosos, que se dividem em opinião, pois alguns acreditam na santidade das visões e outros a consideram obra de espíritos malignos. Mesmo após suas visões terem sido divulgadas a clérigos de diferentes instituições, Elisabeth finaliza sua carta dizendo que o motivo pelo qual descreveu os acontecimentos foi para que pudesse provar sua inocência e que Hildegarda pudesse lhe escrever palavras de consolo.

¹² *Ibidem*, p. 121-126.

Aqui podemos perceber algumas semelhanças com os acontecimentos da vida de Hildegarda e suas visões. Primeiramente, o receio de expor o conteúdo das visões por medo de que pudesse ser repreendida, até que foi atingida por uma enfermidade, em consequência do seu silêncio, que só deixou de lhe abater quando a monja procurou outras figuras do seu monastério para expor as mensagens que lhe foram passadas por meio da visão. Elisabeth, ao se ver atingida pela reputação de suas visões e pelas calúnias disseminadas sobre ela, mostrou-se motivada a pedir ajuda a Hildegarda. Parece ter visto na abadessa uma mulher mais experiente que poderia, diferente de outras autoridades, entender melhor este aspecto visionário e o peso de se expor como transmissora da palavra divina.

Maria Milagros Rivera (2005) fala sobre serem as formas de espiritualidade de homens e mulheres no período medieval de inclinação distinta no que diz respeito aos aspectos proféticos e visionários. Observa-se uma tendência muito mais de mulheres do que homens com dotes visionários e proféticos, pois era comum que os homens nos meios eclesiásticos se dedicassem a uma religiosidade mais mundana e mais distante da vivência e conhecimento dos aspectos místicos da espiritualidade.

A preocupação com a transcendência é algo deixado explicitamente nas mãos das mulheres. Existem muitos homens religiosos, sim, porém sua religiosidade é mundana ou ascética e pouco, ou muito pouco, mística, ainda que haja exceções, como há sempre exceções em tudo na história. Quer dizer, foram homens que se dedicaram à Igreja, à política escolástica, por exemplo, ou à vida ascética e de castidade; porém poucos à busca da experiência mística visionária¹³. (RIVERA, 2005, p. 123)

Hildegarda responde em uma carta, através de diversas referências ao passado da Criação, como Deus designou alguns homens e mulheres de serem recipientes responsáveis por receber e espalhar suas palavras e vontades para os humanos. Por fim, indica que Elisabeth continue a ouvir as palavras de suas visões e que continue escrevendo-as e dando publicidade à palavra divina, se referindo a jovem monja como filha, quando diz “*Así cambia el mundo, oh hija Elisabeth*”, “*¡Oye, angustiada hija!*” e “*Sigue oyendo: los que desean terminar las obras de Dios siempre deben atender a que son recipientes de barro[...]*”¹⁴. Elisabeth vai responder, agradecendo as palavras de consolo, mostrando como elas foram importantes e como tocaram seu coração.

¹³ Tradução livre do espanhol: *La preocupación por la transcendencia es algo que se deja explícitamente en manos de las mujeres. Hay muchos hombres religiosos, sí, pero su religiosidad es mundana o ascética y poco mística, aunque, haya excepciones, como hay siempre excepciones a todo en la historia. Es decir, fueron hombres que se dedicaron a la Iglesia, a la política eclesiástica, por ejemplo, o a la vida ascética y de castidad; pero pocos a la búsqueda de la experiencia mística y visionaria.*

¹⁴ CIRLOT, op. cit., p. 125.

Ao defender que alguns seres humanos são “recipientes de barro” incumbidos de transmitir os ensinamentos do senhor, Hildegarda utiliza, mais uma vez, de sua faculdade visionária para conferir maior autoridade e veracidade sobre essa fala, pois diz ainda no início da carta, que esta afirmação não é dela, mas que chegou ao seu conhecimento por meio da “serena luz”, ou seja, das palavras divinas. Podemos perceber, ainda, nesta resposta como Hildegarda confirma a faculdade visionária da monja, insistindo para que ela continue a ver e ouvir as mensagens de suas visões e não se deixe abater pelas más repercussões e mentiras de outras pessoas.

Hildegarda se refere mais de uma vez a Elisabeth como filha. Este aspecto nos ajuda a confirmar a relação de autoridade entre essas mulheres, quando a abadessa se coloca em posição de mulher mais sábia, responsável por guiar as mulheres mais novas e ajudá-las a superar as dificuldades que surgem durante esses momentos em que o exercício de sua espiritualidade e autoridade sofrem algum tipo de impedimento ou contestação.

As intenções de Elisabeth de escrever para Hildegarda, falando sobre suas visões e pedindo para que ela lhe enviasse suas considerações e opiniões sobre estes acontecimentos, mostra como a abadessa, objeto deste estudo, foi autoridade espiritual importante entre as mulheres. Este vínculo entre as duas religiosas e a posição de Elisabeth, ao depositar tamanha importância nas palavras e opiniões de Hildegarda, assim como o desejo desta última de que a monja desse continuidade a sua experiência visionária, registrando-as, e se referindo a jovem monja como filha, nos permite perceber uma genealogia feminina, onde algumas mulheres servem de autoridade para outras, que reconhecem a importância da preservação desta memória através de registros escritos.

Hildegarda estabelece, como já dito, grande autoridade espiritual amplamente reconhecida por figuras de grande importância neste período. O reconhecimento da validade e importância da divulgação de suas visões por Bernardo de Claraval e pelo Papa Eugênio III são evidências de sua autoridade, assim como as cartas do bispo Eberhard, que ao reconhecer a autoridade de seus dons visionários, indaga-lhe sobre a Trindade. Conseguiu, ainda, mesmo com as contestações do abade do monastério de Disibodenberg, o apoio necessário para ser bem sucedida em sua missão de criar o novo monastério de Rupertsberg. Sua vitória, ao conseguir que deixassem o copo do jovem enterrado em seu monastério, constitui também exemplo importante para confirmar sua autoridade.

Foi se estabelecendo como uma autoridade também entre as mulheres, além de Elisabeth, pois muitas foram as monjas e abadessas que lhe enviavam cartas com pedidos de orientação (MARTINENGO, 2000). Tanto reconheceram sua autoridade, como viam em

Hildegarda a figura de uma mulher que poderia ajudá-las e guiá-las em suas exigências espirituais e humanas. Voltando ainda ao episódio da criação de um novo monastério, podemos perceber como as monjas que viviam com ela reconheceram sua autoridade, aceitando acompanhá-la em meio a tantas dificuldades. Este e outros exemplos nos chamam atenção quanto à defesa de Hildegarda de uma genealogia feminina. Sobre algumas destas questões, Marirí Martinengo vai afirmar:

Ou seja, a autoridade seria sempre de origem hierárquica e masculina. Em contrapartida, as abadesas preferem – e isto é muito interessante, pensando na futura evolução desta inclinação – ir diretamente a ela [Hildegarda] para extrair a verdade, no lugar de passar pela mediação sacerdotal.¹⁵ (MARTINENGO, 2000, p. 23)

Hildegarda vai tentar promover uma relação de intimidade e confiança entre ela, superiora de um monastério, e as monjas que são confiadas aos seus cuidados (MARTINENGO, 2000). Relação como a que pudemos encontrar entre ela e monja Elisabeth, onde Hildegarda se coloca na posição de mãe, mulher mais sabia, que tinha a intenção de orientar a monja em suas dificuldades e dúvidas quanto à própria espiritualidade. Esta relação vai se constituir em um aspecto de grande importância no pensamento de Hildegarda, pois é através desta estreita relação que vai ser possível, pelo que podemos entender de seu texto, a composição e continuação de uma genealogia feminina.

¹⁵ Tradução livre do espanhol: *Es decir, la autoridad sería siempre de origen jerárquico y masculino. Por el contrario, las abadesas prefieren – y esto es muy interesante pensando en la futura evolución de esta inclinación – acudir directamente a ella [Hildegarda] para extraer la verdad, en lugar de pasar por la mediación sacerdotal.*

Conclusão

Ao longo de toda a Idade Média se estabeleceram diversas formas de prática da espiritualidade que buscavam o contato com o divino. Nestes espaços as mulheres se inseriram e produziram obras ligadas à espiritualidade. Abadessas, monjas, beguinas e místicas são categorias de mulheres que durante a Idade Média se dedicaram à devoção cristã e ao contato com o sagrado, produzindo um arsenal de documentos que ajudaram a construir a cultura medieval. Entre essas mulheres, podemos situar Hildegarda de Bingen.

Os escritos deixados por essas mulheres são de grande importância, pois nos proporcionam a possibilidade de refletir sobre a participação feminina na construção da cultura de determinadas sociedades e nos permitem entender as mulheres como sujeitos históricos. E para isso torna-se essencial que possamos garantir a visibilidade destas produções culturais femininas ao longo da história. Sobre esse tema, Luciana Calado Deplagne, ao fazer um exame de obras literárias de autoria feminina na Idade Média, conclui:

Acreditamos, pois, que o conhecimento de tais obras constitui o único meio de colocar abaixo representações errôneas e nocivas, às quais, ao longo da história os escritos femininos foram expostos. Seus escritos nos dão prova da importância da palavra feminina como meio das mulheres participarem do processo histórico, manifestando sua visão de mundo em uma sociedade tradicionalmente androcêntrica. Estudar o passado, então, para compreender as raízes da dominação que deram suporte às relações hierárquicas de gênero através do tempo e identificar as marcas de resistência constituintes do discurso e trajetória feminina. (DEPLAGNE, 2012, p. 297)

A expressão que mulheres como Hildegarda alcançaram são de grande importância para o campo historiográfico, que precisa, no entanto, reconhecê-las. Acreditamos que a historiografia precisa buscar maneiras de superar as formas estruturantes de escrever a história, sendo capaz de conciliar e incluir as novas abordagens e campos de estudo. Como já dito, o estudo da História das Mulheres é ainda muito estigmatizado nos meios acadêmicos e inserir as mulheres na produção da cultura do seu tempo é um importante exercício para buscar trazer esse entendimento ao campo historiográfico.

Podemos perceber também como o trabalho de estudar as mulheres na história traz consigo o exercício de se pensar nas relações construídas entre os sexos, pois são essas relações que estão intimamente ligadas a um mecanismo de poder, que inferiorizou as mulheres e, com isso, levou ao esquecimento sua presença na história. Como vimos, quando tratamos da política sexual, as mulheres na Idade Média puderam vivenciar um período que abriu espaços para atuação e construção de autoridade, que tenderam a um fechamento que se

acentua na modernidade. Assim, os homens com autoridade passam a utilizar do poder que detêm para disseminar ideias de inferiorização das mulheres e negar-lhes espaços de atuação, como foram os casos de tantas místicas, beguinhas, monjas e abadessas. No período que predominou a complementaridade o espaço monástico foi ambiente crucial para a liberdade de atuação feminina, pois neles essas mulheres tiveram a oportunidade de se dedicar e adquirir certos conhecimentos que dificilmente teriam na vida em matrimônio, como por exemplo, o desenvolvimento da leitura e da escrita.

Encontramos inserida neste ambiente a abadessa Hildegarda de Bingen. Peter Dronke (1994) reflete sobre aspectos da personalidade de Hildegarda e comenta sobre a possibilidade da abadessa utilizar seus dons visionários para conseguir aquilo que desejava, para ajudar no convencimento daqueles que duvidavam ou criticavam suas atitudes. Seria este o caso, quando afirmou sua saída do monastério de Disibodenberg para ir com suas monjas fundar o novo monastério em Rupertsberg, ou quando reclamou da nomeação de Richardis como abadessa de Bassum. Na carta trocada com Elisabeth, vimos também Hildegarda afirmar que seus conhecimentos originam-se dos ensinamentos passados pela Luz Divina, ou pelas palavras de Deus, as quais ela foi imbuída de receber e transmitir para o povo.

Essas questões nos serviriam para pensar que Hildegarda pôde ter utilizado desse suposto dom para conseguir se afirmar e garantir o reconhecimento de sua autoridade por seus contemporâneos, e talvez ele tenha lhe ajudado também na conquista de algumas de suas vitórias em momentos conflituosos. De qualquer maneira, isso não nega a autoridade que lhe foi reconhecida por homens e mulheres.

Concluimos, portanto, que durante o período medieval muitas mulheres foram capazes de atuar e de fazer parte da construção de cultura. Uma das vozes mais expressivas foi a abadessa Hildegarda de Bingen, que ao exercer a sua espiritualidade e afirmar seus dons visionários, foi capaz de utilizar os recursos que seu contexto lhe proporcionou para construir sua autoridade e ser amplamente reconhecida por isto. Da mesma forma, tomou consciência do estabelecimento de uma relação muito específica entre as mulheres que faziam parte do meio espiritual. Através do exercício de sua autoridade, garantiu nestes ambientes espirituais femininos uma posição de sábia, que lhe permitiu guiar e ajudar mulheres mais jovens, monjas e abadessas, nas dúvidas e dificuldades que encontravam ao viverem sua espiritualidade. Lembrando que esta posição de mentora e mulher sábia, só foi possível por que outras mulheres lhe depositaram grande confiança, desejando ser guiadas pelo seu conhecimento. Esta íntima relação entre essas mulheres puderam implicar na produção e manutenção de uma cultura tipicamente feminina.

Bibliografia

ANDERSON, Bonnie S. e ZINSSER, Judith P. *Historia de las mujeres: una historia propia*: vol. 1. Barcelona: Critica, 1991.

BROCHADO, Cláudia. As pouco silenciosas monjas medievais. In: STEVENS, Cristina et. al. (org.). *Estudos feministas e de gênero: articulações e perspectivas*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2014a.

_____. Evangelhos em feminino: interpretações de uma escritora medieval ibérica. *Cadernos Pagu*, Campinas, edição 42 (jan-jun 14b).

CIRLOT, Victoria. Vida y visiones de Hildegard von Bingen. Biblioteca Medieval 13; El Árbol del Paraíso 64. Madrid: Ediciones Siruela, 2009.

DEPLAGNE, Luciana Calado. Palavras em ato: A Literatura de autoria feminina na Idade Média. In: 17º ENCONTRO NACIONAL DA REDE FEMINISTA E NORTE E NORDESTE DE ESTUDOS E PESQUISA SOBRE A MULHER E RELAÇÕES DE GÊNERO, 17., 2012, João Pessoa. *Anais eletrônicos...* João Pessoa: UFPB, 2012. Disponível em: < <http://www.ufpb.br/evento/liti/ocs/index.php/17redor/17redor/paper/view/405>>, Acesso em: 05 de julho de 2016.

DRONKE, Peter. *Las escritoras de la Edad Media*. Barcelona: Ed. Crítica. 1994.

EPINEY-BURGARD, Georgette; ZUM BRUNN, Emilie. *Mujeres trovadoras de Dios* Paidós: Barcelona/Buenos Aires/ México, 1998.

GARÍ, Branca. La vida del espíritu. In: RIVERA GARRETAS, Maria-Milagros (dir.): *Las Relaciones en la Historia de la Europa Medieval*. Valencia: Tirant lo Blanch, 2006.

JORNET I BENITO, Núria. La relación con los recuerdos: la autoridad y el poder de la memória. In: RIVERA GARRETAS, Maria-Milagros (dir.); *Las Relaciones en la Historia de la Europa Medieval*. Valencia: Tirant lo Blanch, 2006.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: *História e Memória*. 5ª ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2003.

MARTINENGO, Marià. La armonía de Hildegarda - Un epistolario sorprendente . In: POGGI, Claudia, SANTINI, Marina, et al. *Libres para ser – Mujeres creadoras de cultura en la Europa medieval*. Madrid: Narcea, 2000.

RAGO, Luzia Margareth. *A aventura de conter-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

RIVERA GARRETAS, Maria Milagros. *La diferencia sexual en la historia*. Valencia: PUV, 2005.

_____ La política sexual. In: RIVERA GARRETAS, Maria-Milagros (dir.); *Las Relaciones en la Historia de la Europa Medieval*. Valencia: Tirant lo Blanch, 2006.

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu, ISABELA NASCIMENTO ANDRADE, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado HILDEGARDA DE BINGEN: O RECONHECIMENTO DE AUTORIDADE E A DEFESA DE UMA CULTURA FEMININA NO SÉCULO XII foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico.

Brasília, 13 de julho de 2016.

ISABELA NASCIMENTO ANDRADE